



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CLUBE ATLÉTICO YPIRANGA
DATA: 24 DE SETEMBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 34ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região Ipiranga.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Eduardo Montalto.

O SR. EDUARDO MONTALTO – Boa noite a todos.

Nobres Vereadores Paulo Frange, Gilson Barreto e Dalton Silvano, minha família é proprietária de um imóvel no quilômetro 10,5 da Anchieta, em frente ao *Carrefour* Anchieta. Nós compramos aquela área em 1963, quando a rua chama-se Rua Grota Grande. Onde há o *Carrefour* hoje, havia um poço de areia, onde se extraía areia. Essa área foi doada para o *Carrefour*, e ele implantou uma das maiores unidades aqui em São Paulo.

Pelo que a gente escuta do discurso, aparentemente foi feito um bom estudo econômico, macroeconômico, potencial da região etc., para se chegar à definição do que foi mostrado aqui. Talvez se tivessem olhado o ICMS arrecadado nessa região - parte disso fica para o município - teriam chegado a um consenso, que a ZPI, aquela micro ZPI que se tornou aquela região - absolutamente haveria uma redução de 78%. Isso significa que as indústrias daquela região simplesmente fecharam, mudaram ou não existem mais. Então, essa ZPI

absolutamente não está gerando todo esse movimento desejado pela Prefeitura. Então, o meu pleito aqui é que faça uma revisão na ZPI dessas microrregiões. No nosso caso, a ZPI foi absolutamente reduzida, não chegando a 200 mil metros. Parte dela já virou ZEIS 2 ou ZEIS 3. Peço que se faça uma revisão, para que se consiga, de fato, dar um uso cabível para essas ZPIs de São Paulo. Hoje a indústria, em São Paulo, mudou o seu perfil. O que a gente está pleiteando aqui? Infelizmente, eu não vejo membro da FIESP algum aqui. Se estivesse, deveria vir aqui se apresentar. A Federação da Indústria de São Paulo hoje absolutamente abandona os empresários. Então, como muito bem o Vereador colocou, é cada um por si e que cada um cuide do seu interesse. Então, eu estou aqui representando o interesse da minha família, que é proprietária dessa área há mais de 52 anos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O SR. DALTON SILVANO – Boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto; o Vereador Paulo Frange e principalmente todos os senhores presentes, inclusive do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga. Eu não poderia de trazer aqui uma palavra.

O que eu tenho dito nas reuniões? Na Câmara, às segundas-feiras e quintas-feiras, têm havido audiências públicas para discutir cada tema que nós temos dentro da Lei de Zoneamento. Não está abandonado o debate com relação às zonas. Aquele que estiver mais organizado vai conseguir ter os melhores benefícios da Lei de Zoneamento. Eu tenho certeza disso, porque não só acompanho a luta de todos os segmentos e setores como também apoio. Eu apoio não só Habitação, como também não só apoio quem quer somente Zona Exclusivamente Residencial ou Zona Mista, porque quer um comércio dentro da Zona Exclusivamente Residencial. Então, cada um traz, na audiência pública, aquilo que é melhor para a sua redondeza, para a sua rua e para o seu bairro. É isso o que tem acontecido em

todas as audiências públicas. Eu encontro os senhores em todos os movimentos e reuniões. O que acontece? Há a demarcação da terra dos índios, a demarcação para fazer os CEUs e a demarcação para fazer as Habitação de Interesse Social. Então, o zoneamento é o momento de nós buscarmos o ponto de equilíbrio na ocupação do terreno urbano do município de São Paulo. Todos nós temos o direito de ocupar o terreno urbano do município de São Paulo de forma equilibrada, onde todos possam ver não 100% dos seus interesses atendidos. Digo isso porque é impossível cada segmento, cada zoneamento ter 100% da sua vontade atendida.

Parabenizo a todos, porque a briga incessante pelos poucos espaços das terras da cidade de São Paulo é muito grande, mas não é preciso e não há necessidade de haver uma briga voraz. É por isso que há a questão técnica, a questão de reivindicação e a questão da Câmara, que está aqui para poder fazer as correções, pois o plano que o Governo apresentou tem que ser corrigido e pode ser modificado. A nossa grande luta, de todos nós, da região do Ipiranga, é de olho na Operação Urbana Mooca-Vila Carioca e na Operação Urbana Tamanduateí. Nós temos que estar de olho. Ali os empreendedores vão querer fazer os seus empreendimentos e, quem parte-reparte fica com a maior parte. É isso que nós temos que estar atentos e de olho, para que a operação urbana não possa só beneficiar um segmento, eventualmente o segmento imobiliário que vem aqui. Em vez de nós termos as casas populares, vão construir habitações de um nível maior, onde os senhores e maioria do povo do Ipiranga não possam ter acesso.

Deixo claro aqui para o Governo que, desde o ano passado, desde o Plano Diretor, todos sabem a briga que houve para demarcar terra, terreno e similares. Está aqui o pessoal Unidos da Vila Carioca. Nós temos que ter casas populares. Há também o pessoal do Boqueirão, que está trabalhando lá. Temos que colocá-los em seus lares. Nós temos que Governo? Está aqui toda a diretoria do Unidos da Vila Carioca e da Imperador. Na Avenida Carioca, há 85/95. O terreno está lá há 40 anos, que eu me recorde. Estão ocupando área do INSS. Parece-me que é uma ZPI. Nós temos que transformar aquilo, não só porque está dentro

da linha da Operação Urbana. Nós temos que transformar. Primeiro temos que pegar o terreno da União, do Governo Federal e trazer o terreno por transferência, por doação para o município, para que ele possa então fazer o empreendimento, que é um equipamento social de lazer e de cultura.

Isso inclusive foi protocolado na SDU e está, no Plano Diretor, demarcado como equipamento social. É uma luta simples daquele grupo que está lutando por seu espaço no município de São Paulo. O documento já foi protocolado. Todos os setores podem contar comigo. Estamos lá na Câmara. É preciso transformar, às vezes, a zona em zona mista. Nós estamos aqui para poder fazer a melhor Lei de Zoneamento.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Peço que venha sentar aqui conosco, na mesa, o Sr. José Francisco Rueda, Vice-Presidente do Clube Atlético Ipiranga, novo anfitrião.
(Palmas)

Tem a palavra o Sr. Caetano Scatena.

O SR. CAETANO SCATENA – Boa noite a todos, Sr. Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto e Srs. Vereadores Dalton Silvano e Paulo Frange. Minha história é um pouco parecida com a história do Sr. Eduardo Montalto, que eu tive o prazer de conhecer aqui. Minha família é proprietária de um lote pequeno que fica na Avenida Brasília Machado, com 1.400 metros quadrados. Infelizmente é uma família que brigou muito, e essa briga tem um efeito negativo, porque deixou o lote vazio, sem uma função. Coube a mim a tarefa de, depois de muitos anos, conseguir dar um jeito na família, dar um jeito na briga; e hoje finalmente eu consegui reunir condições de dar um destino para esse lote, que estava numa zona mista.

Dentro dessa reestruturação que está sendo feita, que vem muito do propósito dos interesses do município, esse lote pequeno foi declarado como uma ZEIS. Então, eu gostaria de manifestar aqui, publicamente, a minha solicitação, para que o lote seja retornado ao zoneamento anterior, para que todos efetivamente tenham oportunidade de dispor do melhor

uso aquilo que lhe pertence. Eu penso que o lote, nas características da Vila Brasília Machado, é uma zona eminentemente mista. Lá há habitações uni e plurifamiliares. Nós temos pequenas indústrias do segmento hospitalar, na rua onde o lote localiza-se.

A minha pretensão seria formar dois galpões, para atrair novas indústrias com esse perfil, que trabalham com produtos de valor agregado e que geram empregos e oportunidades na região. São indústrias que têm baixo impacto ecológico, têm baixo impacto de trânsito e podem conciliar outros interesses aqui para todos; ou seja, além dos projetos que estão em andamento, também os próprios proprietários e empresários têm oportunidade de atuar de forma complementar nas políticas sociais que estão sendo empreendidas no bairro. Eu entendo o propósito. Acho que tudo tem que ser resolvido sem conflito. Nós estamos caminhando para o entendimento aqui. O meu caso é bastante particular. Há uma boa vontade a uma leitura como jamais houve aqui, na Cidade, na busca da solução dos problemas. Eu me apresento aqui com esse espírito, no sentido de harmonizar os interesses de todos aqui.

O SR. PAULO FRANGE – O senhor fez algum protocolo de projeto, na Prefeitura, desse terreno ou não?

O SR. CAETANO SCATENA – Não, ainda não. Não há nenhum protocolo anterior.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. José Marcelo da Silva, do MSTI, Movimento dos Sem Teto do Ipiranga. (Palmas)

O SR. JOSÉ MARCELO DA SILVA – Boa noite a todos. A minha fala aqui é sobre a moradia, sobre as ZEISs. Eu nasci na zona Leste, mas eu estou aqui desde os três anos de idade. No domingo agora, vou fazer 41 anos. Desde pequeno, estou com a família. Meu pai procurou trabalhar para dar uma coisa digna para a gente. Infelizmente, na sua doença, ele morreu com câncer e deixou a nossa família, os filhos e a esposa, minha mãe, continuando nessa luta. Infelizmente, a minha mãe foi para o interior e nada há aqui na Cidade. Todos da família separaram-se e eu com a minha família estamos lutando. Eu trabalho no Ipiranga há

muito tempo. Nunca saí do Ipiranga. Nessas regiões ali, só vemos esses prédios enormes crescendo, e essa área do Ipiranga, na parte do museu, era toda ocupada por empresas. As empreiteiras grandes fazem moradias. Hoje o menor valor é 700 mil reais e outros são mais de um milhão de reais. O Vereador Paulo Frange falou que, quando crescem esses prédios, pegam um subsídio. Vai para a moradia lá na frente? Eu acredito que não precisaria esperar muito para arrecadar esse dinheiro para construir para nós, porque a Heliópolis tem uma operação de reurbanização que está parada. Há os prédios da Sabesp que estão parados. A gente está ocupando o terreno da Petrobrás. Só estamos esperando o Sr. Prefeito fazer o parcelamento de terra. Pelo menos, temos um sonho de poder construir amanhã as nossas casas. Então, eu queria que vocês vissem essa parte do zoneamento do Ipiranga. Moro na Vila Carioca, e já há grandes empreendimentos sendo construídos lá. Cada vez mais, as áreas de ZEIS estão diminuindo para nós. Vocês vão procurar e vai ficar mais distante. Nós trabalhamos aqui. Está ficando mais difícil para nós.

Não esperem que sejamos os últimos, como acontece na Operação Urbana. Em toda palestra que há, eles falam que nós seremos os últimos, esperam toda a arrecadação desses empreendimentos, para, depois, quererem fazer alguma coisa para nós.

A minha fala é essa.

Obrigado, boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sra. Selma Terezinha de Freitas.

A SRA. SELMA TEREZINHA DE FREITAS – Boa noite a todos.

Sou moradora do Ipiranga há muitos anos, mais de 50.

Conforme o senhor disse, estou muito bem representada pelos idosos do Ipiranga, por favor, se manifestem os idosos do Ipiranga, que construíram esse bairro e que estão há mais de 70 anos. (Palmas)

Quando viemos para cá, principalmente, meus pais, isso era tudo mato. Foi muito difícil. Lutaram muito para terem a sua casa e fazerem do bairro o que ele é hoje.

Estamos um pouco preocupados, porque, agora, com a mudança na Lei de Zoneamento, a nossa região, que tem quatro minúsculas ruas, foi considerada ZEIS, ou seja, pode-se construir qualquer coisa ali, e as ruas não comportam isso.

É muito fácil dizer: “Temos que colocar prédios mais altos”. Só que, se colocarem prédios mais altos ali, de manhã, ninguém conseguirá sair para trabalhar, porque as ruas são minúsculas. São três ruas que dão numa rua sem saída.

Uma coisa que me conformou foi que disseram: “Tem brigas aí porque um grupo quer alguma coisa, e o outro grupo não quer, e nós estamos sendo democráticos e vamos ouvir todos”.

No nosso caso, não tem briga, a única coisa é que aquele é um setor minúsculo residencial, não comporta prédio, não comporta restaurante. Nós ficamos em pânico e pensamos: viramos uma Vila Madalena.

São Paulo está se tornando inviável para morar.

O que se tem contra a residência?

Quer dizer, nós precisamos ter comércio? Precisamos, mas escutem: precisamos ter ilhas para poder descansar. Nós vivemos numa cidade estressante. No Ipiranga, não sobrou uma área residencial, nada. Ou seja, por que não temos pequenas ilhas? Pequenos trechos onde a pessoa sabe que ali não será construído um edifício com 40 andares; ela sabe que ali poderá ficar tranquilo porque não será construída uma serralheria do lado da sua casa.

Temos que ter isso, porque, se não, São Paulo ficará inviável.

Se em todo lugar pode ter tudo, como é que vai ficar essa Cidade? É por isso que tem um monte de velinhos se mudando para o interior, e a gente quer manter os velinhos do Ipiranga, porque construíram isso daqui e têm o direito de morar num lugar tranquilo.

Como no nosso caso não há polêmica, a gente gostaria que vocês não olhassem a Cidade, só sentadinhos numa cadeira, falando: “Olha, daqui a 150 metros, pode ser qualquer coisa”. Nós já protocolamos um documento com assinaturas de 98% dos moradores. Por

gentileza, visitem a área e deem uma olhadinha, para saber o que é? Que aquilo não comporta, que aquele setor não comporta.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Miguel Patark Pili.

O SR. MIGUEL PATARK PILI – Boa tarde, Vossas Excelências. Eu sou morador de São Paulo. Somos empresários na área de hotelaria. Nós temos propriedades no eixo da Avenida Abraão de Moraes, e o nosso pleito é tentar sensibilizar a comissão, para que olhe aquela área e veja que aquilo não tem sentido ser uma Zona de Centralidade Linear pelos seguintes motivos: Primeiro há 50 metros de extensão na avenida, sendo a maior no bairro do Ipiranga. Segundo, na entrada da Cidade, de quem vem da Imigrantes agora, haverá um fator adicional, o maior centro poliesportivo da América do Sul; e nós não temos áreas nessa região para se instalarem hotéis. Além do mais, ali é um corredor de ônibus. Nós estamos ao lado de outros corredores de ônibus e ao lado de estações do metrô. Então, o que se pede é que se olhe essa questão, em especial na cabeceira, porque internacionalmente as Zonas Lindeiras, na chegada da Cidade, é onde se precisa comportarem hospedagem, para que as pessoas possam parar lá e daí passarem a usar o transporte público, que vai existir ali na região, por todos os projetos que se discutem. Em resumo, é isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Maxwell José Costa, do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga.

O SR. MAXWELL JOSÉ COSTA – Boa noite, à Mesa, aos Srs. Vereadores Dalton Silvano, Paulo Frange e Gilson Barreto, Presidente. Primeiramente eu quero agradecer a Deus, como nós sempre fazemos, pela oportunidade de estar aqui, falando dessa importante lei, que garante as ZEISs, Zonas Especiais de Interesse Social. Todo mundo está aqui pelas suas demandas, alguns pelas demandas históricas das suas famílias, que lutaram no passado, para garantir seu pedaço de terra, sua terra, para ter o seu empoderamento; mas nós, como

movimento de luta por moradia, também estamos aqui para garantir o nosso direito social nesta Cidade, onde trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do movimento ou seus antepassados construíram para alguém. A gente construiu escola, a gente construiu prédio, a gente construiu praça e a gente construiu viaduto; e nós queremos desta Cidade também a nossa participação. Queremos o nosso pedacinho, que é ter a nossa casa e que é ter a nossa terra.

Diferente de outros movimentos da cidade de São Paulo, o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga está na Comandante Taylor, na Heliópolis. É a maior comunidade do Brasil, com 1,2 milhão de metros quadrados, segundo o Censo, segundo o IBGE; mas nunca ninguém foi a minha casa bater, na porta, para perguntar quantas pessoas moram lá. A gente tem uma estimativa, pelas associações de Heliópolis, de 225 mil pessoas morando dentro de Heliópolis. Heliópolis é o maior aluguel da cidade de São Paulo. Lá há famílias empobrecidas que têm renda mensal de até mil e duzentos reais e pagam 600, 700 a 800 reais de aluguel, e quando vão pegar um financiamento na Caixa Econômica Federal, não há esse financiamento. Então, o que sobra para o movimento? Fazer ocupação da terra que é dos outros? Não, o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga luta pelos seus dinheiros fundamentais, tanto que os Vereadores Paulo Frange, Dalton Silvano e Gilson Barreto, Presidente, ajudaram-nos na criação da lei 15.498/2013, que fala a respeito do terreno da BR-Petrobrás, na Vila Carioca. Todo mundo falava que aquele terreno estava contaminado e era uma terra improdutiva, era uma ZPI, uma Zona Predominantemente Industrial; e nós, do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga provamos que não, que era uma área que não tinha função social desde o descobrimento do Brasil, porque está lá abandonada. É capaz de a gente achar índio lá dentro, porque não tem função, nunca houve nada. Está lá abandonada a área. Em vez de a gente pegar e ocupar a área para fazer uma favela; nós estamos na Câmara, pedindo para os nossos amigos, companheiros Vereadores, dentro da sensibilidade de S.Exas., aprovarem uma lei em primeira e segunda votações por unanimidade.

O Sr. Prefeito esteve aqui. Quanto à aprovação da lei do Sr. Prefeito aqui conosco, sabem há quanto tempo vai fazer? Dois anos que o Sr. Prefeito esteve aqui para sancionar a lei, garantindo que, naquele terreno, seriam construídas Unidades de Interesse Social. Dentro disso, no ano passado, S.Exa. esteve conosco. No dia 28 de setembro do ano passado, S.Exa. esteve conosco para falar que iria iniciar as obras agora em março deste ano. Não iniciou. A gente não sabe qual o motivo. Houve falta de recursos? Fomos à Brasília, falar com o Ministro. Buscamos recurso dentro do Fundo Nacional do Desenvolvimento Urbano. Então, justificativa para comprar o terreno não há mais. Nós estamos com o dinheiro para comprar.

O movimento protocolou aqui, na audiência pública, um documento com 13 áreas do Ipiranga que não têm função social. Nunca houve função social. Está lá servindo de especulação imobiliária, está lá esperando quem dá mais pela área, como se fosse um leilão; e nós, aqui do movimento, também estamos preocupados com a Operação Urbana Bairros do Tamandateí. Nós acompanhamos todas as audiências públicas até o momento. Desde o Martinelli, quando foi pensado, nós entramos, até à última agora.

Acompanhamos todas, e, dentro desse acompanhamento, lá dentro da operação urbana, Sr. Presidente, falam da construção de 20 mil novas unidades habitacionais no Ipiranga. Aí eu me pergunto: “Onde?” As áreas de ZEIS que estão aqui não dá. Se a gente for colocar, nas áreas de ZEIS que já estão no projeto hoje, não cabem as 20 mil. Vão construir onde as 20 mil? Então, é isso que nós estamos propondo: Áreas que nunca tiveram - independentes das famílias que são proprietárias e são donas historicamente - não têm função social. Nunca se preocupou com a função social; e estamos indicando, Sr. Presidente, essas áreas, para a gente garantir os projetos habitacionais de interesse social para as famílias que construíram esta Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, trinta segundos só. É que eu me emocionei agora com a fala dele! (Risos) É que é o terreno da Petrobras... A Prefeitura não

tinha que comprar nada, a Petrobras, com tanto desvio de dinheiro, com tanto dinheiro que tem que repatriar, eles tinham que fazer urgente a doação do terreno. É uma vergonha. Fico enojado de ver e me emocionei. São milhões, milhões desviados e eu escutei aqui que a Câmara tem responsabilidade? Sr. Presidente, nós podemos ajudar. A Petrobras não tinha que cobrar coisa alguma, tinha que doar, repatriar o dinheiro. São milhões, milhões, milhões!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereador Dalton. As inscrições estão encerradas.

Tem a palavra Heitor Marzagão Tommasini.

O SR. HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI – Boa noite a todos os Srs. Vereadores. Obrigado pela oportunidade. A audiência pública é a grande oportunidade da democracia.

Faço parte do movimento Defenda São Paulo, da Associação dos Moradores do Jardim da Saúde e sou conselheiro eleito pelas associações de bairro, as quais eu represento neste momento, levantando uma questão já levantada pela Dona Selma, que é absolutamente importante. São os eixos estruturadores transformados em zonas de estruturação urbana.

Quando eles foram definidos pela municipalidade não consideraram as áreas específicas da cidade, passaram então por bairros, por quadras, por lotes que não mereciam essa transformação danosa à cidade. E danosa do ponto de vista não apenas da família, da moradia, mas daquelas pessoas que ali residem, que construíram a sua história em áreas que devem ser preservadas como residenciais. De fato, não há porque a Prefeitura não respeitar as áreas que são residenciais. Hoje está respeitando as zonas exclusivamente residenciais, e há uma luta muito grande das entidades das zonas exclusivamente residenciais, e há uma luta muito grande das pessoas que estão sendo atingidas por esses eixos.

Eu trouxe e protocolei na Mesa um trabalho feito pelo IPT demonstrando que a produção imobiliária feita quatro vezes na área do terreno nesses eixos, ela provoca perda de ventilação e produção de poluição justamente para aquelas pessoas ali vão viver.

Os estudos ambientais, o impacto que tudo isso pode provocar, não apenas a transformação do próprio território, mas o prejuízo que pode causar à população que lá vai morar, é essencial que os Srs. Vereadores considerem, e há estudos científicos sobre isso.

A lei permite a modulação do alcance das áreas de influência nos eixos. É imprescindível a modulação caso a caso, e como não foi feito no momento oportuno, deve ser feita agora. É uma modulação caso a caso para retirar não apenas da pessoa que percebeu o que vai acontecer com a sua casa, com a vida delas, mas talvez seja a oportunidade de se verificar com lupa todas as áreas. E mesmo que as pessoas não tenham percebido, é nosso dever observar e corrigir. Esse é um ponto.

Para terminar, Srs. Vereadores, protocolamos ontem na Comissão de Política Urbana um documento – e também vou deixá-lo aqui - que trata do PL 140, que tramita em regime de urgência, e altera a Lei 13.885 por outra via, por outro caminho. Pedimos que a Mesa encaminhe uma petição para que esse projeto seja suspenso, porque o objeto da mudança daquela lei tem que ser objeto da alteração da lei pelo procedimento democrático, por um procedimento de revisão, e não por uma lei paralela que vai passar por outros caminhos.

Deixe-me pegar o número correto do projeto de lei. (Pausa) É o PL 140/2015, da autoria de três Vereadores: Arselino Tatto...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Do que trata o PL?

O SR. HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI – O projeto exclui o parágrafo único da Lei 16.124/15, lei feita à revelia do processo de revisão da Lei de Zoneamento. O parágrafo único diz: “É vedada a instalação de equipamentos públicos de Educação, Saúde e Assistência Social em ZER – Zona Exclusivamente Residencial”. O PL 140/15 exclui o parágrafo da lei existente. Caminhando então por essa via, não apenas contraria o tramite destas audiências públicas, contraria o procedimento tornando evidentemente o processo ilegal.

Boa sorte a todos.

Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Gabriel Elias de Oliveira do Jardim da Saúde.

O SR. GABRIEL ELIAS DE OLIVEIRA – Boa noite. Eu sou Presidente da Associação dos Moradores do Jardim da Saúde.

O Jardim da Saúde é a única área da Subprefeitura do Ipiranga que é ZER – Zona Exclusivamente Residencial. Em nosso bairro só pode haver residenciais, não pode comércio nem prédios para qualquer utilização, nem mesmo residencial. São casas unicamente para uso residencial, com exceção nos corredores dentro do bairro, por exemplo, a Avenida do Cursino.

A fala da Selma sobre os velhinhos do Ipiranga me fez lembrar a nossa situação, da nossa briga, da nossa luta, desde o começo, para preservar a nossa área. Sensibilizei-me bastante com a situação deles porque acho que temos de ter um lugar para morar, e todo mundo. A nossa luta por um lugar para morar tem de ser digna, num lugar tranquilo, num lugar sossegado, com qualidade de vida. Temos de colocar o pé no freio da especulação imobiliária porque visa interesses econômicos de poucos, nem sempre favorece a maioria das pessoas.

A nossa luta no Jardim da Saúde é muito grande, e quero falar de representatividade. Cada um de nós aqui representa milhares de pessoas. É impossível que todos os moradores participem das audiências públicas, é impossível que todos falem, que todos queiram e possam participar. Mas é óbvio que todos têm vontade, todos desejam praticamente a mesma coisa do que nós que estamos aqui para representar centena de milhares de pessoas, que não podem estar aqui. E o exemplo acontece em nossa Associação, pois há 12, 20, 60, 100 pessoas que lutam e um bairro inteiro apoiando a nossa luta.

Temos um abaixo-assinado com assinatura de 80% das residências do bairro a favor da manutenção do ZER – Zona Exclusivamente Residencial. E não só a vontade do povo que deve prevalecer, deve prevalecer os aspectos técnicos, os estudos. As pessoas não podem simplesmente fazer as coisas de qualquer jeito.

Não há em São Paulo bairro mais estudado, digamos assim, urbanisticamente

falando do que o Jardim da Saúde. Ao longo dos anos, foi muitíssimo estudado. É um bairro que teve um tombamento, que teve uma mudança de zoneamento, é um bairro para o qual foi proposto agora ser uma ZPR, e nós lutamos, não só gritando, mas conseguimos explicar tecnicamente as nossas motivações e assim fomos atendidos. Então, acho que devemos lutar sempre; lutar não fechando ruas ou quebrando coisas, mas argumentando, participando das audiências públicas para explicar e conversar. Acho que a luta está certíssima, todos estão de parabéns. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Gabriel. Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro dos Santos.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Boa noite a todos. Sou morador da região do Ipiranga. Estamos aqui discutindo a nossa região. Gostaria de fazer uma pergunta à Mesa. Vimos sempre repetindo os problemas do nosso bairro e a Lei 13.399, que fala das subprefeituras, da competência da subprefeitura de fazer o plano de bairro. Até agora, nada foi apresentado. A subprefeitura do Ipiranga tem excelentes arquitetos e engenheiros, capacitados para fazer um plano de bairro em nossa região. Fica a pergunta em relação aos problemas viários e de mobilidade urbana, pois nosso bairro não possui qualquer projeto em relação a isso.

Na questão da moradia, já falei, em outras reuniões, em relação ao IPTU progressivo, ao que se faz com o IPTU progressivo, previsto em lei, na Constituição Federal, no Plano Diretor de 2002. Até agora, a Prefeitura não fez qualquer ação em relação a isso. Hoje a Prefeitura tem 55 mil habitações desocupadas, que poderiam ser utilizadas para moradia popular tanto na região do Ipiranga como na região da área central. Então, eu gostaria que a Mesa colocasse em pauta imediatamente na Câmara Municipal a responsabilidade de se fazer a aplicação do IPTU progressivo na cidade de São Paulo. Assim, poderíamos amenizar imediatamente o problema da moradia. A Subprefeitura, junto com a nossa coordenadoria de planejamento, tem excelentes funcionários, repito, com capacidade, conhecedores de nosso

território para fazer um plano de bairro para o Ipiranga. É um bairro hídrico, de passagem para o ABCD, de passagem para o Litoral, mas até o momento não foi feito qualquer tipo de planejamento para nossa região. Gostaria que o Subprefeito, junto com a população, fosse convocado para se saber qual é o problema o bairro para depois se aplicar uma lei de zoneamento na nossa cidade de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Vereador José Police Neto. (Palmas) Tem a palavra a Sra. Paula Nogueira.

A SRA. PAULA NOGUEIRA – Boa noite a todos. Sou do Jardim da Saúde, moro lá desde que nasci. Para quem não conhece, convido todos a conhecerem o Jardim da Saúde, um bairro lindo, com muita árvore, uma ilha gostosa dentro dessa cidade dura em que vivemos. Eu gostaria que vocês fossem lá e nos ajudassem a defender o bairro, porque existem pessoas mesquinhas que querem destruí-lo. Quer destruir o bairro quem quer explorá-lo como um único bem. Nós não: só queremos morar e ser felizes ali, como todos.

É um bairro verde, onde a temperatura é menor do que a de outros bairros. Hoje brigamos para pegar uma sombrinha, todos estão sofrendo com calor, na Cidade não há árvores, temos que brigar por isso. Nosso bairro é preservado, e 80% dos seus moradores querem que essa característica se mantenha.

Minha fala é breve. Vão conhecer o bairro, que é aqui perto. Peço muito para todos nos respeitarem, já que moramos lá e queremos que nosso bairro se mantenha preservado. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sr. Edgar Lombardi.

O SR. EDGAR LOMBARDI – Boa noite a todos. Serei breve. Em primeiro lugar, quero lembrar, a quem não sabe, que o Ipiranga não se restringe à Avenida Bom Pastor e à Avenida Nazaré; inclui também Vila Liviero, Jardim Maristela, Parque Bristol, a que todos chamam – até pela negligência que a subprefeitura sempre teve – de fundão do Ipiranga. Muito foi feito até hoje em relação até mesmo sobre as leis de zoneamento e pela própria

subprefeitura.

Pode ser que eu seja redundante por ter chegado atrasado, mas se vocês pegarem o mapa das ZEIS de São Paulo, como foi dito, é deixar como está, é só na região mais do fundo, da divisa com São Bernardo, onde tem o Heliópolis. Vou chegar hoje no meu bairro e dizer que, na verdade, a nova lei de zoneamento vai deixar como está, só vai oficializar? Qual é o objetivo então?

Outra parte do bairro onde moro, até pelo descaso – sempre foi uma zona aquilo ali -, é zona mista, vai ser agora proposta zona mista. Por que onde moro, que é só residencial, será zona mista? Moramos no Jardim da Saúde, mas eu também quero poder dormir sem um bar barulhento em frente à minha casa, sem o barulho de alguma boate onde fazem festas e ninguém fiscaliza. Construíram um prédio de quatro, cinco andares na minha rua, que é exclusivamente residencial; então, não há fiscalização. Isso é mais um desabafo.

Quero falar também da região da Vila das Mercês, região onde a especulação imobiliária tomou conta. Não tem espaço para andar de carro naquela região, não se sai de carro. Só há uma avenida, que é a Padre Arlindo Vieira, e não há espaço para mais prédios. Mesmo assim, constrói-se a torto e a direito e a Prefeitura não fala nada. A situação está insustentável, e ali é a nossa zona comercial. Para vocês terem ideia, demora quase meia hora o trajeto entre Vila Liviero e Vila das Mercês, e não dá para sair de lá para chegar aqui.

Por último, o Sacomã, que é um distrito dentro da Subprefeitura do Ipiranga, é o mais populoso. Quero ver se é de lá o maior número de pessoas presentes aqui. Não é. Essa região não está sendo bem representada. E por que não se faz uma audiência pública lá? Um padeiro que mora na minha rua não consegue vir para cá porque demora mais de uma hora de trajeto; muitas vezes, nem está sabendo o que está acontecendo.

Peço desculpas se me estendi. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir a mensagem do nosso anfitrião, Francisco Carlos Rueda, Vice-Presidente do Clube Atlético Ypiranga.

O SR. FRANCISCO CARLOS RUEDA – Boa noite. O nosso querido Clube Atlético Ypiranga se sente orgulhoso de recebe-los aqui para a discussão de um assunto de suma importância para a Cidade e, principalmente, para o nosso querido bairro do Ipiranga, que está completando 431 anos agora, dia 27.

O Clube, em sua trajetória de 109 anos, lutou muito para que os cidadãos da região tivessem uma área de lazer importante. Na condição de vice-presidente, em nome de toda a diretoria, agradeço a presença de todos. O Clube estará sempre aberto para os senhores, para as autoridades discutirem os diversos assuntos da região.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Sou testemunha do empenho de vocês. Quando solicitamos o espaço, fomos prontamente atendidos.

Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, peço desculpas àqueles que acompanham a audiência desde o começo. Entretanto, estava na Câmara Municipal e só agora pude vir para esta audiência. Hoje, em nossa Casa de leis, havia uma tentativa de votar um projeto de lei para, mais uma vez, aumentar o IPTU na cidade de São Paulo. Então, não havia como não estarmos lá para tentar debatermos. Por sorte, ainda não foi dessa vez que a Cidade terá um IPTU mais caro que já tinha no ano passado.

Cumprimento o Clube Ipiranga por nos oferecer um espaço gostoso para a realização da audiência, um espaço muito bonito. Gostaríamos que a Cidade inteira fosse parecida com isso. Mas, infelizmente, isso não ocorre. Esta é a Cidade que temos.

Esta é uma região que não só debate nas audiências, como ela pretende fazer a sua transformação, mas o faz no dia a dia. Dificilmente uma região, na cidade de São Paulo, tem tanta história como a do Ipiranga – que nos revela como Brasil e, também, nos revela a história de um país decente. Por isso que temos, na audiência de hoje, o maior movimento popular regional do Brasil, que é o MSTI. (Palmas)

Então, parabenizo a todos.

Falo isso porque há uma diferença drástica de movimentos populares: temos aqueles que invadem, destroem e depredam e temos aqueles que constroem e oferecem

alternativas para a Cidade. Digo isso com conhecimento, porque acompanho o MSTI nos últimos 10 anos, desde a primeira ação de enfrentar uma decisão do Governo Federal que não reconhecia que os mais de 420 mil metros quadrados do terreno da Petrobras poderiam ter outra utilidade que não aquela originariamente estabelecida. Portanto, completamos 10 anos em 2015 de um debate com o Governo Federal, sim, de uma área que, no passado, tinha uma característica industrial que se perdeu ao longo do tempo, gerando muito pouco emprego para a cidade de São Paulo. Essa área vem sendo guardada e poupada de muitas das ações realizadas em outras áreas da Cidade. Então, ela vem sendo guardada, diferentemente de outras, pela própria população. Lá não se gasta dinheiro com nenhuma segurança privada. Lá é o povo de nossa cidade, do MSTI, que cuida para, de fato, gerar as 3, 4, 5 mil unidades habitacionais batizadas, pelo movimento popular de moradia, de Terra Prometida.

Mas digo que precisamos ir além. Os estudos, realizados ao longo desses últimos dois anos, apontam que, do mapa oferecido pela Prefeitura à Cidade, em especial nessa região, como muito bem lembrado, pode acolher 13 novas áreas para a habitação, variando entre: mercado popular, para aqueles que recebem de 6 a 10 salários mínimos; e habitação de interesse social para aquelas famílias que se reúnem a partir do Minha Casa, Minha Vida, faixa 1 e faixa 2, aqueles que recebem de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6 salários mínimos. Estamos falando de quem? De quem tem uma renda familiar de 2.500, 3.000 reais, mas que está gastando 30, 35 e, às vezes, 40% só com o aluguel e o IPTU. Estamos falando de famílias que têm sim trabalhos, têm sim renda e ajudam a Cidade, mas infelizmente enterram, todos os anos, próximo de quinze mil reais com o IPTU; e o IPTU é como o tempo: “Depois que passa, não tem volta”. Essa é uma batalha de tentar traduzir a Cidade numa Cidade justa. A cidade de São Paulo tem quatro milhões de moradores nessa situação. São mais de 800 mil famílias que vivem em habitações subnormais. Ou não têm oferta de água, energia e esgotamento sanitário regular ou têm menos de seis metros quadrados por membro da família. Aqui estamos falando de famílias com quatro ou cinco moradores que vivem num espaço inferior a 30 metros quadrados.

Para isso, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo tem que acolher a vontade popular, sempre tendo um crivo do acompanhamento técnico; e a Câmara vem fazer isso hoje aqui. Por isso, quero terminar elogiando a força e a luta que a Comissão de Política Urbana tem feito. Eu não sou membro da Comissão de Política Urbana. Eu sou da Comissão

de Finanças e Orçamento. No Brasil em crise, aquele que teve dinheiro no passado, hoje tem dívida para pagar; mas, de qualquer forma, quero reconhecer o esforço que a Comissão de Política Urbana tem feito, ao visitar todos os bairros da Cidade, para esse diálogo mais próximo. Nenhum dos Vereadores têm ambição e nem quer saber mais do que a sociedade, que nos abastece de informações para a gente não errar; e hoje a gente vem aqui muito para escutar o MSTI e muito para escutar os moradores da Saúde, do Jardim Liviero e daqueles que vêm do Sacomã. Hoje é dia de a gente escutar; e para escutar, a gente tem que ter a certeza de que sairemos todos daqui com muito mais informações e certeza de acertar na futura lei. Para isso, a gente precisa de um relator atento e responsável, um Presidente que tem estado em todas as audiências públicas e Vereadores que têm sua base regional. O Vereador Dalton Silvano, que representa muito bem essa região, está aqui. Eu também quero me colocar como aquele que vem acompanhando o movimento popular de moradia, e não vou desgrudar dele enquanto a última unidade da terra prometida não for entregue.

Esse compromisso de a gente, de fato, ir até o fim com a nossa palavra é definitivo. Por isso, eu vou concluir dizendo a palavra que me motivou a estar ao lado do MSTI: “Quem não luta...”

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns.

Tem a palavra o Sr. Luís Carlos da Silva.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA – Muito obrigado. Hoje eu estou como Presidente do Conseg Heliópolis e São João Clímaco. A verdade hoje é sair, fugir um pouquinho da segurança pública, e cumprimentar a eminente mesa dos Srs. Vereadores de São Paulo pela grande representatividade em São Paulo.

Na verdade, eu gostaria de falar hoje da Igreja Católica. Como eu tenho uma

Procuradoria de Arquidiocese de São Paulo, pelo qual hoje nós somos representados aqui, na região episcopal do Ipiranga, pelo nosso Bispo D. José Roberto, que está aqui presente - muito obrigado pelo oportunidade, Bispo D. José Roberto - quero ir direto ao fato: As igrejas católicas não podem servir nem de palco e nem de um simples de reuniões. É um lugar sagrado, onde nós vamos. Nós espiritualmente agradecemos ao nosso Todo Poderoso Deus e o seu Filho, Jesus Cristo. Então, não se pode misturar a igreja dessa forma.

Eu tenho um documento aqui, que eu deixei para anexar agora no final. Nós temos algumas sugestões. Eu peço à eminente Mesa também que tratasse não diferenciando, dos direitos difusos e coletivos, a igreja católica, como as demais, tratando como simples templos, porque nós temos diversidades religiosas. Temos o Candomblé e temos o pessoal evangélico. Então, temos muitas questões religiosas aí que estão se colocando como simples palco e uma questão de reunião. Não é assim, porque quem vai buscar a Deus, quer buscar a Deus. Nós temos lugares diferenciados para estar fazendo isso.

Então, lá nos artigos dessa lei, do PL 272/2015, da ocupação de solo, em seus artigos 90 e 91, estão simplesmente nos classificando como um simples local de reunião, de uma atividade não destinada a um culto. Imaginem os senhores nós, na nossa oração, independente do segmento. Eu sou Católico Apostólico Romano, mas eu respeito a religião e a diversidade de todos; mas eu não vou aceitar, sinto muito, mas eu não vou aceitar essa forma que nós estamos sendo tratados na lei de zoneamento.

Nesse sentido, peço piedosamente aos senhores que tratem a gente não diferente, tratem-nos de acordo com a lei dos homens. Deixem-nos cultuar a Deus e elevar as nossas orações, porque esse povo aqui é tão sofrido. Eu não vou entrar na questão da habitação e da questão das zonas, porque fica muito difícil. Se a gente ficar falando aqui, vai fazer chover no molhado.

Concluindo, qualquer questão que levem na questão de empreendedorismo, seja para construir, tem que ser analisada toda a estrutura, a logística que existe. Se forem olhar

aqui próximo, na Alencar Araripe, constroem tantos prédios lá e a galeria lá não está suportando. Nós que moramos lá próximo, no final da Alencar com a Estrada das Lágrimas, na primeira chuva que der, vão ver o pessoal nadando lá nas Juntas Provisórias, porque não vai comportar.

Quanto à energia, têm que olhar essa questão, porque a estrutura não suporta tudo isso. Quanto à questão da igreja, nós estamos defendendo piamente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Para os movimentos religiosos, digo que também sou do movimento. Então, eu quero dizer que nós, a comissão, definimos quando vimos, no projeto, e houve manifestações também dos movimentos religiosos, principalmente da Igreja Católica a respeito do tratamento de quantidade de pessoas na igreja ou em qualquer outro local, num clube ou num barzinho. Tem de haver o mesmo tratamento. Então, nós marcamos uma audiência pública estritamente para os movimentos religiosos. Nós já recebemos estudos principalmente da Igreja Católica de como é que deve ser. Vamos discutir, vamos fazer audiência pública, para tratar de um capítulo das mudanças que precisam ser feitas.

Quero dizer ainda que o Movimento Popular tem, hoje – não sei, salvo engano -, 13% da terra, ainda bem, pois já está sendo destinado à habitação pedida por esse movimento, mas é o que chamo mais a atenção porque, inclusive, não se está conseguindo construir nada, pois o Governo, em geral – o Estadual, Federal e o Municipal -, tem de dispender uma habitação por 116 mil, sendo que 76 mil é pago pela Minha Casa, Minha Vida, sendo que 20 mil é o Governo Estadual que põe e outros 20 mil a Prefeitura.

O que acontece é que essa conta não fecha, porque as construtoras não conseguem construir, comprar a terra e ainda tem os tributos, então, não conseguem fechar a conta. E, por isso, não está havendo mesmo construções. E enquanto o Governo não conseguir melhorar isso, não vai construir mesmo. Daí ficam enrolando todo mundo, sem

construir uma habitação sequer.

Outro absurdo é que precisam ser construídos, ao invés de 5 andares, até 12 andares e ainda pagar o elevador e as despesas desse elevador. Enquanto não se fizer isso, não vamos conseguir construir mais na cidade de São Paulo. Daí fica engodo, essa enganação que está aí.

Então ou eles reestruturam isso, ou vamos ter dificuldade em construir na Cidade, porque a terra hoje já é cara, e está ficando cada vez mais cara. E não é com 5 andares, sem elevador, que vai atender a demanda.

Estamos, por isso, batendo forte e muito a respeito. Temos conversado, inclusive, com todos os segmentos nos níveis estadual, municipal e federal, nesse sentido: de aumentar para 12 andares, com elevador e que eles paguem as despesas desse elevador, no mínimo, por dez anos.

São algumas das propostas que estamos trabalhando, afinal, sou do Movimento Popular também, e estamos acompanhando de perto essas questões. E, claro, é bom pressionar, se não não vamos ter construção na Cidade. Os movimentos precisam brigar muito para isso, sim. O Governo precisa tomar vergonha e mudar a regra do jogo, aumentando, em primeiro lugar, o valor, pois, se não, construtora nenhuma vai querer construir.

Agora, vou passar para o Relator para que ele faça um relato de tudo que já foi falado, pois, agora, a obrigação dele e, em seguida, encerramos a nossa reunião. Hoje vou poupar nossa arquiteta de fazer a exposição final.

Só peço aos senhores, por favor, em reuniões paralelas, que aguardem um pouco que, no final, nos reunimos em grupos. Gostaria de contar com a colaboração de vocês. Obrigado.

Com a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Presidente. Farei comentários rápidos sobre alguns pronunciamentos e, assim, possamos dar prosseguimento aos trabalhos.

Para que todos fiquem tranquilos, lembro que tudo que foi dito está sendo anotado e que as exposições feitas, hoje, aqui, à frente, ficou também com o protocolo eletrônico, no nosso site e é por ele que vamos acompanhar.

Tudo que foi dito foi anotado na ficha de cada um, tanto por mim, quanto pela assessoria da comissão, ou seja, duas vezes. Tudo que está gravado, será degravado e, portanto, ouvido outra vez e registrado. Nada ficará esquecido, acompanharemos tudo. Pode ser que não consigamos contemplar todos, mas nenhum será esquecido.

O Sr. Eduardo Montalto colocou uma situação de áreas de zona industrial, aqui, na região da Anchieta. Quero dizer, Eduardo, que estamos fazendo um estudo no eixo da Anchieta, das indústrias colocadas ao longo dessa área e, portanto, fazendo uma história que fez parte da ligação de São Paulo com o porto e já encontramos um número muito grande de indústrias que não têm realmente atividade, ou seja, não estão funcionando há muito tempo. Algumas delas, inclusive, foram gravadas como ZEIs, outras não, áreas essas que estão, realmente, fechadas há algum tempo.

Estamos tratando esse assunto com a Secretaria, para que possamos reavaliar esse eixo. Hoje mesmo, discutimos isso com o Diretor de Uso, Dr. Daniel Montandon, uma pessoa extremamente capaz e, por isso, ocupa o cargo mais importante dessa área, e decidimos tratar, junto com o eixo da Anchieta, outras regiões como Vila Leopoldina, área ao longo da Anhanguera e, assim, cuidar melhor dessas localidades que foram deixadas.

A desindustrialização aconteceu. A cidade de São Paulo tem menos de 2,5% de zonas chamadas ZPI, como essa sua, que está pintada no mapa em azul. É um pequeno percentual, mas que é capaz de gerar 5% dos empregos da Cidade, portanto, muito importante.

O Sr. Caetano deixou uma informação curiosa a respeito de um terreno. Se você tivesse um protocolo de um projeto apresentado à Prefeitura há um ano, ou mesmo há algum tempo atrás, nós tiraríamos as ZEIs, hoje, pois você teria esse direito e estaria marcado o

assunto. Mas em tratando de uma situação sem protocolo, será analisada com todo cuidado. Vamos examinar a área e observar o entorno para que possamos saber o que pode ser feito. Não será esquecido.

O Sr. José Marcelo falou a respeito das ZEIs e a nossa preocupação é passar a vocês a segurança que as áreas demarcadas em ZEIs, hoje, representa – como o Vereador Gilson Barreto falou – mais de 13% da Cidade. Não vai terminar com menos, pode ter certeza. Nós vamos terminar com um pouco mais, mas não vamos perder áreas de ZEIs. A ideia é manter aquilo que já tem e aumentar aquilo que ainda tem sido trazido às audiências públicas como contribuição. Muitas pessoas têm apresentado terrenos para nós, fato que é muito importante, pois podemos aprimorar esse projeto.

A D. Selma expôs algo muito interessante com relação às zonas de eixo. Há uma semana, tivemos uma reunião em Pinheiros e esse assunto veio como discussão da Vila Madalena. E, também conversando com a direção de uso de São Paulo, junto com a Comissão de Política Urbana, estamos estudando as áreas em torno desses espaços que se transformaram em zonas de eixo por causa da estação do metrô, e que são eixos que pegam 400 metros, tocando até o terreno a 600 metros, para, assim, podermos avaliar o impacto desse viário, a estrutura do local, a inclinação do local.

Saibam que, às vezes, o local é muito bonito no mapa, mas não é o que contempla a oportunidade de receber prédios sem limite de gabarito. Todas essas áreas serão reavaliadas. A Comissão de Política Urbana tem um trabalho nesse sentido, tem uma assessoria que está fazendo esse trabalho também e nós já começamos a cuidar desse assunto.

O Sr. Miguel colocou uma situação, igualmente uma preocupação nossa: hotéis. A lei dos hotéis, em São Paulo, é de 1974, quando o Prefeito era Miguel Colassuono. De lá para cá não teve nada de diferente para os hotéis, e precisamos aprimorar isso.

O que existe, hoje, é para os hospitais e universidades: quem quiser construir, vai

ter o direito de construir 50% mais do que está na lei. E aí não estão incluídos os hotéis, e, no caso deles, é um acordo que tem do Sr. Prefeito com a Comissão de Política Urbana de que daríamos um tratamento especial para que pudéssemos contemplar esses espaços de São Paulo. E isso até por causa da carga de turistas que recebemos e que é extremamente alta. Aliás, muitos reclamam da falta de hotéis em algumas áreas, pois eles estão muito concentrados no eixo da Paulista, da Berrini, em algumas áreas nobres da Cidade, e não estão em bairros tão importantes como esse que você citou aí agora, de sua região.

Maxwell, nós só temos de agradecer, pois nos trouxe uma relação com 13 áreas. Deus permita que a área do cemitério do Detran esteja também no meio desse número, pois é uma área que sempre vimos como sendo bem interessante. Ali, tem tanta área, tanto espaço vazio e gostaríamos de contemplá-la. Quero dizer que serão examinadas uma por uma.

Com relação à modulação de faixa de eixo, que o Sr. Heitor colocou, é a mesma situação. Nós vamos tentar buscar aproximar da realidade de cada uma dessas áreas dos eixos. E, quando falamos assim, parece que é uma montanha muito grande e que não dá para examinar. As áreas de eixo de São Paulo representam 3% do território e são muito fáceis de serem identificadas: é aquela que aparece em vermelho no mapa, onde estão os eixos.

Sr. Luiz Carlos, com relação às igrejas, temos um acordo, na Câmara, um acordo muito bem feito, costurado com a Igreja Católica, com o Arcebispo de São Paulo, com as igrejas evangélicas, o nosso Presidente já aprovou para a Comissão de Política Urbana uma audiência pública específica que devemos marcar, entre amanhã e segunda-feira – começo de outubro – para tratar dos templos e dos locais de culto.

O que ele está pedindo é que os locais de culto não sejam tratados como locais de reunião e vocês que estão aqui, agora, vão entender: ele pede para que esses espaços, para serem local de culto, não seria ideal, ele teria de ter um tratamento especial. E isso até porque a igreja precisa de uma nave, um pé diferenciado e, talvez, inclusive, de avaliação diferente no próprio Código de Obras para que essa área seja tratada com mais cuidado. Então esse

assunto já está resolvido na Casa e devemos tratar disso, já no início de outubro, para tenhamos uma solução para isso.

Estamos ouvindo, até agora, em todas as audiências públicas, a mesma situação. Não faltou em nenhuma um pedido sobre esse assunto.

O Sr. Gabriel falou sobre o jardim da Saúde, com relação à ZCor, as zonas de corredor e as residenciais têm, realmente, um conflito, e nós resolvemos pela Comissão de Política Urbana, estudar cem por cento dessas áreas de São Paulo. Até terça-feira, deveremos ter um estudo bem claro, técnico, muito técnico, sem nenhuma paixão por nenhum dos lados, para que possamos examinar onde é a Zona Corredor que, muitas vezes, está mais permissiva do que deveria.

Acontece de, muitas vezes, um corredor que está demarcado – como na sua área – como 2, pode ser 1, tendo apenas serviço, no caso de ter um consultório médico, uma psicóloga, uma dentista, mas vocês não querem um comércio que possa incomodar um pouco mais. E isso é legítimo. Vamos tentar preservar, ao máximo, as zonas residenciais, até porque elas representam menos de 3% do território da cidade de São Paulo.

O Sr. Edgar colocou uma situação aqui que lembra muito a discussão da fiscalização. O capítulo 3 dessa lei trata, especificamente, da fiscalização. Ele é muito pequeno, mas será ampliado e muito. Foi feito um trabalho junto ao Sindicato dos Profissionais que trabalham nessa área de fiscalização – de agentes vistorios – e também estamos tratando, junto à Secretaria, para fazermos oficinas, na Câmara, para que possamos aprimorar o texto e, assim, poder fiscalizar melhor.

O que você está cobrando é absolutamente legítimo, mas não vai ficar sem ter, no texto, um mecanismo, para que tratemos, de forma a utilizar a tecnologia da informação e, com isso, resultar numa fiscalização mais ampla, mais rápida e que possa ser mais segura, sem depender muito da interpretação do fiscal em cada um desses locais.

E, por fim, a Sra. Paula fala exatamente da preservação do jardim da Saúde.

Sentimos que isso é muito importante. Sabemos, inclusive, da importância desses espaços residenciais, como existem em outras áreas da Cidade.

O Sr. Heitor Tomazzini fez uma referência ao projeto de lei dos Vereadores Arselino Tatto, Alfredinho e Ricardo Nunes. Conhecemos o projeto que trata da revogação de um dos artigos que possibilita estabelecimentos como unidades de saúde etc. em áreas residenciais. Vamos tratar desse assunto, na Câmara, conversando, inclusive, com os Vereadores autores do referido projeto.

Normalmente, tratemos mesmo desse assunto com os Vereadores autores, exatamente para não criar nenhum tipo de constrangimento na relação que temos com os demais Parlamentares da Casa. Mas, claro, levaremos essa preocupação sua para que possamos discutir junto com os autores do projeto.

No mais, gostaria de encerrar agradecendo a oportunidade que vocês trazem de aprimorar aquilo que está escrito. O que foi escrito foi redigido com muita técnica, é resultado de mais de centenas de anos de conhecimentos de todos os técnicos da cidade de São Paulo para chegarmos nesse momento.

E a Prefeitura fez um trabalho em toda a Cidade, com audiências públicas, buscando o máximo de informação. E, agora, é a vez do Legislativo. Na Câmara temos 55 Srs. Vereadores, todos conhecem melhor um pedacinho do que outro, todos têm assessoria e todos estão participando desse processo na Casa. E a presença de vocês aqui, hoje, com certeza, trouxe muito mais contribuições. Agradeço ainda, e muito, à nossa representante, da Secretaria, por vir também. Muito obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado a todos vocês. Quero agradecer a nossa assessoria, a nossa Procuradora que está presente e a todos que vieram.

Apesar de que o Relator já terminou, então já estou me estendendo. Obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.